



ISBN:978-989-98660-8-9

## **Breve abordagem aos desafios da contabilidade e dos seus profissionais com recurso à teoria institucional: estudo de caso**

**Amélia Maria Martins Pires**

Instituto Politécnico de Bragança; Unidade de Investigação Aplicada em Gestão (UNIAG);  
[amelia@ipb.pt](mailto:amelia@ipb.pt)

**Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues**

Instituto Politécnico de Bragança; [peixinho@ipb.pt](mailto:peixinho@ipb.pt)

**Ana Isabel Rodrigues Fernandes**

Instituto Politécnico de Bragança; [af@ipb.pt](mailto:af@ipb.pt)

Tel.: +351 273 303 107

Campus de Sta. Apolónia, 5300-253 Bragança, Portugal

### **RESUMO**

O lado mais tradicional da profissão de contabilista parece ameaçado como consequência dos novos paradigmas, nomeadamente o tecnológico, que tende a desafiar a contabilidade e o seu profissional, a quem exige competências transversas que transcendam os conhecimentos da “contabilidade financeira” no seu sentido literal e de cumprimento estrito pelas obrigações impostas pela fiscalidade. Num momento em que a tecnologia parece querer substituir o homem ou, no mínimo, deixar-lhe bastante mais tempo livre para pensar e atuar a um nível mais

diferenciado, deverão estes profissionais aprimorar e desenvolver novas competências para poderem realizar trabalho diferenciado, fortalecerem a sua imagem e ganharem a confiança do mercado. É neste âmbito que se realiza este estudo, que tem como objetivo geral desenvolver uma reflexão sobre os principais desafios que hoje se colocam à contabilidade e aos seus profissionais com recurso à teoria institucional, sob a vertente do Novo Institucionalismo Sociológico (NIS), e, adicionalmente, aportar alguma evidência empírica acerca da perceção que estes profissionais têm dos desafios que o momento lhe coloca. Para lhe dar resposta, este estudo desenvolve-se com base numa metodologia qualitativa, de carácter interpretativo elevado, com recuso a um estudo de caso. Os principais resultados mostram que os profissionais inquiridos, não obstante reconhecerem que se vive um momento de viragem e muito marcado pela tecnologia, ainda não interiorizaram a mudança de paradigma, pelo que assumem as alterações ao normativo, contabilístico e fiscal, como um dos principais desafios, motivações e implicações para a profissão.

**Palavras-chave:** Profissional de contabilidade; Desafios da contabilidade; Desafios do profissional de contabilidade; Imagem do contabilista.

## INTRODUÇÃO

A contabilidade, enquanto ciência social, tem como objetivo fornecer informação útil para o processo de tomada de decisão de um conjunto diversificado de utilizadores, ainda que particularmente às daqueles que derivam do seu campo de atuação, o que faz com que o profissional de contabilidade se sinta pressionado a ajustar-se à sociedade e à sua própria evolução. O ambiente organizacional tem vindo a sofrer alterações e pressões significativas, que produziram impactos aos mais variados níveis e criaram novas necessidades para a contabilidade e para os seus profissionais. Os desafios a enfrentar parecem ser diversos e a vários níveis, seja como consequência da maior preponderância que ao longo dos últimos anos vem sendo dada à sustentabilidade empresarial, que tem ganho importância relativa crescente e vem apelando à participação ativa dos profissionais de contabilidade no relato de sustentabilidade das empresas, seja como resultado dos novos paradigmas, designadamente o tecnológico. Neste sentido, acredita-se que o lado mais tradicional da profissão de contabilista pode desaparecer ou, no mínimo, “emagrecer” de forma muito significativa, pelo que a forma

como a contabilidade irá evoluir e, fundamentalmente, o seu profissional, dependerá em muito da forma como passarem a ser encarados os principais desafios que se lhe colocam. Ainda que em muitos países, de que Portugal é exemplo, a profissão tenha crescido muito à custa das obrigações de reporte para o fisco, de quem tem hoje uma enorme dependência, a busca deste tipo de serviços tenderá a reduzir quando não mesmo a desaparecer, pelo que os novos paradigmas, em particular o tecnológico, desafiam este profissional a desenvolver e aprimorar competências que transcendam os conhecimentos da “contabilidade financeira” e do cumprimento estrito das obrigações fiscais e a aproveitar o tempo que a tecnologia lhe deixa disponível para atuar a um nível mais diferenciado. É no quadro destes desafios que se realiza este trabalho, que tem como principal objetivo desenvolver uma reflexão sobre os principais desafios que hoje se colocam à contabilidade e aos seus profissionais com recurso à teoria institucional, sob a vertente do Novo Institucionalismo Sociológico (NIS), e, adicionalmente, aportar alguma evidência empírica acerca da perceção que estes profissionais têm dos desafios que o momento lhe coloca. Para dar resposta, a investigação seguirá uma metodologia de natureza qualitativa, de carácter interpretativo elevado, com recurso a um estudo de caso, e encontra-se estruturada a partir de dois grandes capítulos, para além desta introdução e respetivas conclusões. Um primeiro de enquadramento teórico, desenvolvido a partir de uma revisão extensa e sistemática da literatura com o objetivo de apresentar qual o padrão contabilístico institucionalizado em Portugal a partir do NIS, qual a perceção dominante acerca da contabilidade e do seu profissional e como e onde intervir para se poder melhor, ou seja, uma reflexão sobre os principais desafios a enfrentar. O segundo compreende a investigação empírica, desenvolvida com base numa metodologia qualitativa com recurso a um estudo de caso, como o objetivo de complementar a abordagem teórica, aportando alguma evidência acerca da perceção que os profissionais contabilistas têm dos desafios que o momento lhes coloca.

## **1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

### **1.1. O padrão contabilístico institucionalizado em Portugal: breve abordagem a partir do Novo Institucionalismo Sociológico**

Ainda que a contabilidade conte com um já muito longo percurso, facto frequentemente utilizado para a sua promoção (Ferreira & Faria, 2008), a verdade é que os seus desenvolvimentos não são proporcionais à sua antiguidade. Em Portugal, por exemplo, ainda que as primeiras referências à profissão de contabilista datem do século XVIII (Santos, 2015), as condições económicas e sociais que determinaram a evolução do país não criaram as condições necessárias para que se assistisse a um desenvolvimento gradual e sustentado ao longo do tempo, pelo que os principais avanços registados remontam à segunda metade do século XX, mais concretamente ao ano de 1963, com a instituição da profissão de contabilista pela publicação do Código da Contribuição Industrial (CCI), e ao ano de 1995, através da publicação do Decreto-Lei n.º 265/95, de 17 de outubro, que vem definir a regulamentação da profissão e dar início ao processo de profissionalização que se foi consolidando de então para cá em função das principais condicionantes, designadamente dos fatores políticos, económicos e sociais (Santos, 2015). Na verdade, a contabilidade foi evoluindo com o objetivo de responder às demandas que derivam do seu campo de atuação, pelo que a profissão de contabilista está também ela associada ao imperativo de fazer satisfazer as necessidades da sociedade e à evolução da própria sociedade, o que equivale por dizer que o cumprimento do objetivo da informação financeira é função de factos económicos, políticos e tecnológicos que influenciaram e continuam a influenciar a evolução da humanidade e lhe foram criando novas e crescentes necessidades (Maia, 2017).

Considerando que os sistemas contabilísticos se estabelecem no sentido de fornecerem informação útil para os *stakeholders* (Callén & Gadea, 2004) e que a informação que produzem é o resultado da influência das características da envolvente, de que os *stakeholders* são parte integrante, a resposta que um sistema contabilístico dá em cada circunstância deve ser interpretada à luz dessas mesmas influências. E tanto assim que têm sido várias as teorias que nos têm sido apresentadas para procurar explicar este fenómeno (Campbell, 2000), como é o caso da teoria institucional que, sob uma matriz sociológica, apresenta uma organização como um elemento a partir do qual se produzem e replicam hábitos, pensamentos e ações (Burns & Scapens, 2000) que fazem com que o comportamento individual surja modelado a partir de padrões incorporados sob a forma de normas e regras legitimadas pelo funcionamento das organizações (Rosseto & Rosseto, 1999; Fonseca & Silva, 2002).

Na verdade, as sociedades modernas têm muitas regras institucionalizadas que fornecem a estrutura para a criação de organizações formais e que, não raras vezes, são implementadas e sustentadas pela opinião pública, pelo sistema educacional ou pelas leis estabelecidas (Meyer & Rowan, 1977), justificando que muitas das forças que agem nos ambientes organizacionais resultem de pressões sociais e culturais que determinam a forma como devem ser moldadas as regras e os procedimentos a estabelecer. Digamos que a institucionalização é o processo pelo qual os atores individuais transmitem o que é socialmente definido como real (Tolbert & Zucker, 1999; Zucker, 1987), levando a considerar que o processo pelo qual as ações são repetidas e assimiladas por todos os integrantes de uma determinada organização seja definido como institucionalização (Scott, 1987; DiMaggio & Powell, 1983), fazendo da instituição o elo de ligação entre as pessoas e as organizações (Guerreiro, Pereira & Rezende, 2006). Nesta conformidade, a teoria institucional procura explicar como a realidade social é uma construção humana, resultante da interação dos diversos agentes nos processos sociais, e que as normas, regras e valores construídos num determinado grupo social são transmitidos para os outros indivíduos do mesmo grupo pelos processos de socialização (Berger & Luckman, 1967), como resultado das diversas pressões que sobre ela são exercidas e que a levam a ser orientada por elementos legitimados por procedimentos operacionais padrão (Zucker, 1987) que permitem defender que as práticas são regras, rotinas e instituições que não só determinam a atividade de uma organização como permitem que esta seja entendida como um elemento a partir do qual se produzem e replicam hábitos, pensamentos e ações (Burns & Scapens, 2000).

Considerando que a contabilidade é função da envolvente, a resposta que procura dar vem no sentido de cumprir com o seu objetivo, que por sua vez é função do grau de utilidade percebido. Neste sentido, o principal sistema de informação financeira é o resultado de um conjunto de normas e regras legitimadas pelas organizações (Fonseca & Silva, 2002; Rosseto & Rosseto, 1999) que, por sua vez, foram modeladas tomando por base um comportamento padronizado a partir de hábitos, pensamentos e ações (Burns & Scapens, 2000) com o objetivo de satisfazer as necessidades de um utilizador padrão.

A teoria institucional, e em particular a sua vertente do Novo Institucionalismo Sociológico (NIS) (Burns & Scapens, 2000; Scott, 1987), que reconhece que o meio envolvente afeta as práticas organizacionais, procura explicar a forma como as organizações se legitimam perante atores externos (Ribeiro & Scapens, 2006) ao admitir que as estruturas organizacionais se

desenvolvem em contextos altamente institucionalizados, refletindo uma realidade socialmente construída (Meyer & Rowan, 1977). O ambiente económico é considerado como um sistema aberto, influenciado por mudanças tecnológicas inseridas num conjunto mais amplo que engloba aspetos sociais, culturais, políticos e de relações de poder. Digamos que sob esta perspetiva a instituição é vista como uma forma de pensar ou agir de algo que prevalece e permanece (comportamento habitual) e que está inserido nos hábitos de um grupo ou nos costumes de um povo (caráter social e cultural). A instituição como um produto natural das necessidades e pressões sociais (Burns, 2000).

Relativamente ao sistema contabilístico português, e partindo do pressuposto que o mesmo integra a designada corrente continental (Rodrigues, Pires, & Felix, 2015; Nobes & Parker, 2008), caracterizada pela sua perspetiva legalista, que determina que o normativo aparece por via legislativa, ou seja, é elaborado pelo Estado, surge sob a forma de leis nacionais altamente prescritivas e detalhadas (Figueiredo, 2016) e sob a influência da fiscalidade (Amaral, 2001), caracterizado pelo seu lado conservador, com tendência para a uniformidade e com uma estrutura de relato que tende para o “secretismo” (Rodrigues, Pires, & Pereira, 2014; Rodrigues & Pires, 2011), aspetos que tendem a ser potenciados pelas características do tecido empresarial, designadamente no que respeita às necessidades de informar, ajudam a compreender que o sistema de informação financeira em Portugal seja tendencialmente dirigido para satisfazer os interesses de credores financeiros, quando estes existam, e da Administração Fiscal (Santos, Pires, & Fernandes, 2018; Pires, Rodrigues, & Lopes, 2015; Rodrigues, Pires, & Pereira, 2014; Rosa, 2013; Rodrigues & Pires, 2011) e justifica, também, a existência de uma certa subordinação ou ingerência da norma fiscal na norma contabilística (Pires, Rodrigues, & Mota, 2018). Ainda que a relação formalmente estabelecida na lei não seja essa, a verdade é que o que se observa é a fiscalidade a funcionar como elemento de grande condicionamento na escolha das políticas, fazendo com que, de forma quase que natural, se assista a uma sobreposição das regras fiscais e, conseqüentemente, a uma certa subversão na aplicação dos princípios contabilísticos (Amaral, 2001). No âmbito desta equação acresce, ainda, o baixo nível de formação do empresário “tipo”, em particular de natureza técnica, e a concentração da propriedade e gestão, factos que ajudam a remeter a contabilidade ao objetivo único de apresentar contas à Administração Fiscal (Pires, Rodrigues & Lopes, 2015; Rodrigues, Pires & Pereira, 2014; Rodrigues & Pires, 2011) utilizador que emerge com particular destaque na envolvente nacional e ao serviço do qual o profissional de contabilidade se foi ajustando.

## **1.2. A contabilidade e o seu profissional: percepção dominante a partir dos resultados das fontes empíricas consultadas**

A esmagadora maioria das fontes empíricas consultadas apontam que a sociedade tem uma imagem construída acerca dos profissionais de contabilidade que é maioritariamente negativa, ao caracterizá-los como indivíduos muito obsessivos, excessivamente orientados para os números e nada criativos (Maslow, 1965), impessoais, inflexíveis e introvertidos (DeCoster & Rhode, 1971), antissociais e aborrecidos (Parker, 2000), frios, apagados, excessivamente fixados no dinheiro, demasiado formais e preocupados com as regras (Hunt, Falgiani, & Intrieri, 2004) e nostálgicos (Jeacle, 2008). Há, também, estudos que apontem para um perfil tendencialmente positivo, apresentando-os como profissionais honestos, de confiança, cuidadosos com o dinheiro, diligentes, educados (Hunt, et al., 2004), íntegros e independentes (Carnegie, & Napier, 2010), ainda que não sejam considerados como pessoas particularmente admiráveis, emocionantes, extrovertidas, versáteis ou fortes líderes que se dedicam a atividades rotineiras, repetitivas e muito relacionadas com cálculo e apuramento de imposto (Hunt, et al., 2004). Há também evidência que aponta para a existência de uma certa complexidade em torno do estereótipo do contabilista que, não raras vezes, resulta da associação entre contabilidade e *bookkeeping* ou “guarda-livros”, profissão geralmente desenvolvida por indivíduos de género masculino a quem se associa a realização de atividades rotineiras, traduzidas no ato de registar continuamente a atividade financeira de um negócio (Maia, 2017) ou, ainda, pelo facto de estes profissionais apresentarem uma fraca percepção acerca da “classe” em que se inserem ou um reduzido entendimento do que é a contabilidade, fundamentalmente na sua interligação com o meio envolvente (Parker, 2000).

Ainda que os resultados disponíveis apelem à construção de um estereótipo indefinido ou globalmente negativo, convém não esquecer que as conclusões, que lhe serviram de base, apresentam limitações e são extraídas a partir da realização de generalizações e apreciações padronizadas, levando a tratar por igual todos os elementos do grupo. Esta generalização não só pode resultar abusiva como fomentar o preconceito, pelo que potencialmente nociva para a contabilidade e para a profissão (Michener, Delamater, & Myers, 2003). Por sua vez, e ainda que Byrne e Wills (2005) tenham afirmado que pouco ou nada tenha sido feito para alterar a

imagem pouco lisonjeira que existe acerca da profissão de contabilista, a verdade é que têm surgido sinais de mudança, que apontam para um profissional com um papel dentro da organização que vai para lá do cumprimento estrito das funções de “contabilista financeiro” (Albu, et al., 2011), que é cada vez mais reconhecido, diferenciado e indispensável para o assegurar do sucesso de qualquer negócio (Martins, Santos, & Pires, 2008) e vistos pelos gestores como conselheiros para as decisões estratégicas (Burns & Baldvinsdottir, 2005). Sinais que indiciam o importante papel que estes profissionais podem ter no futuro dos negócios e das organizações.

### **1.3. Como e onde intervir para melhorar: principais desafios da contabilidade e dos seus profissionais**

O ambiente organizacional tem vindo a sofrer alterações e pressões significativas que produziram os seus impactos e criaram novas necessidades para a contabilidade e o seu profissional. O atual contexto, tendo em vista o cabal cumprimento do objetivo da informação financeira, passou a exigir profissionais com competências transversais, designadamente ao nível da capacidade para comunicar, agir e pensar os problemas e desafios dos negócios (Vicente, 2013; Wessels, 2004). Se numa fase inicial a contabilidade procurava dar cumprimento ao objetivo de evidenciar a posição patrimonial da entidade perante terceiros (Cravo, 1991), com as alterações operadas a partir de meados do século XX passou a ser entendida como um sistema de informação mais aberto e capaz de ser influenciado pela envolvente, onde atuam utilizadores heterogéneos. Digamos que passou a ser determinante para o funcionamento de uma economia de mercado, pelo que o seu nível de importância passou a ser medido em função da sua capacidade para se apresentar útil junto dos *stakeholders* (Tua, 1998; 1988). Digamos que a contabilidade, enquanto linguagem dos negócios, atua na envolvente e é por esta influenciada (Jeacle, 2008), pelo que os seus profissionais devem possuir capacidades para atuar numa envolvente competitiva e em mudança acelerada, que no momento surge marcada por uma viragem induzida pela tecnologia que os obriga a desenvolver competências que lhe permitam acompanhar o ritmo da mudança e a substituição de mão-de-obra por força da automatização de processos (Picus, et al., 2017). Continuar a oferecer os seus serviços numa base de “registo contabilístico” no seu sentido literal, sendo a forma mais

cómoda de continuar a trabalhar é também a mais limitativa e comprometedora, na medida em que a robotização eliminará muitas das competências técnicas do profissional de contabilidade (Belfo & Trigo, 2013). O momento exige uma forma de atuar e de estar diferente, de maior comunicação e interação e, fundamentalmente, de maior valor acrescentado (Asonitou, 2015).

A par das alterações tecnológicas surgem pressões desencadeadas por movimentos sociais e ambientais que tendem a pressionar políticos e a desafiar estes ou outros profissionais a assumir uma participação mais ativa. Na verdade, a pressão política vem sendo apontada como um dos fatores que mais justifica a tendência relativamente às práticas de reporte (KPMG, 2005; Pleon, 2005). E tanto assim que ao nível do relato da sustentabilidade empresarial se tem assistido ao longo dos últimos anos a um crescimento da promulgação de legislação com o objetivo de procurar aumentar o tipo de divulgações por parte de algumas empresas, designadamente as de maior responsabilidade social e situadas em países pertencentes à OCDE (IIRC, 2011; 2013; 2014), de que é exemplo a tomada de posição da Comissão Europeia (CE), com a publicação da Diretiva 2014/95/EU, entretanto transposta para os diferentes Estados-membro e que veio conferir importância relativa crescente à dimensão da sustentabilidade empresarial (Pires & Rodrigues, 2019; 2018).

Mas o grande desafio do momento passa, estamos certos, pela necessidade de intervir no sentido de melhorar a imagem (estereotipo) que a sociedade tem da contabilidade e dos seus profissionais, elemento fundamental para aumentar a capacidade de recrutar os melhores e construir uma classe de indivíduos criativos, com capacidade de comunicação, liderança e raciocínio lógico e estratégico. A isso se referiram, ainda que indiretamente, Byrne e Wills (2005), ao alertarem para o facto de pouco ou nada ter sido feito até então para melhorar a opinião dominante. Mais recentemente, Wells (2015), sugere que a ordem que regula a classe promova a imagem da contabilidade e as competências dos seus profissionais, trabalhando no sentido de desmistificar a ideia instituída com recurso a uma maior literacia, promovendo o contabilista profissional como um indivíduo bem preparado e capaz de pode desempenhar várias funções e em diferentes contextos. É que a forma como a profissão é vista pela sociedade influencia a procura (Holland, 1973), quando não mesmo o elemento determinante da escolha (Hunt, et al., 2004; Ferreira & Santoso, 2008), pelo que se a imagem dominante é pouco favorável, a capacidade para atrair os melhores é reduzida. Promover a capacidade para atrair os melhores é um desafio da classe e da ordem que a representa, assim como das escolas que

os formam, providenciando uma formação sólida no plano técnico e conceptual e, ao mesmo tempo, despertando e desenvolvendo nos alunos, futuros profissionais, aptidões ao nível da comunicação e das relações interpessoais, na medida em que o desenvolvimento de uma profissão forte passa por dispor de conhecimentos financeiros sólidos perfeitamente articulados com capacidades interpessoais e de julgamento (Ferreirar & Santoso, 2008) suficientes. E tanto mais que há evidência que aponta para o facto de que, não raras vezes, são os indivíduos da própria classe os responsáveis pela percepção dominante que a sociedade tem deles, uma vez que, por ação e omissão, contribuem para a construção de uma imagem distorcida (Parker, 2000) e para uma certa iliteracia acerca do objetivo da contabilidade e da influência que a mesma pode ter no dia-a-dia de uma entidade. Por sua vez, e ainda que continue a existir um significativo desconhecimento acerca das reais capacidades destes profissionais (Albu, et al., 2011), acredita-se também que se assistirá a uma desconstrução desta ideia com o desaparecimento da geração de empresários mais velhos e menos esclarecidos, que tendem a ver estes profissionais como “guarda-livros”, conotação que carrega uma forte carga negativa (Carnegie & Napier, 2010). Um movimento de inversão esperado com o passar do tempo, mas que pode ser acelerado pelas partes envolvidas e interessadas – a profissão, quem a representa e as escolas que a formam – no sentido de desconstruir a ideia de que estes profissionais trabalham para e em função da necessidade de dar cumprimento às obrigações de reporte à Administração Fiscal, de quem têm ainda uma enorme dependência, pelo menos em Portugal. Digamos que a forma como a contabilidade e o seu profissional evoluirão dependerá em muito da forma como vierem a encarar estes desafios.

## **2. ESTUDO DE CASO**

### **2.1. Metodologia e objetivo**

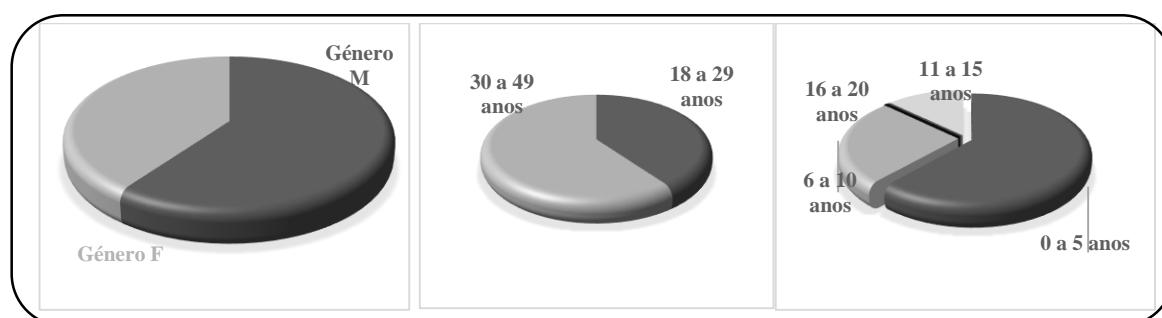
Recordamos que este estudo foi realizado com o objetivo de desenvolver uma reflexão sobre os principais desafios que hoje se colocam à contabilidade e aos seus profissionais com recurso à teoria institucional, sob a vertente do NIS, e, adicionalmente, aportar alguma evidência empírica sobre a percepção que estes profissionais têm dos desafios que o momento lhe coloca. Para o efeito, compreende um estudo de caso desenvolvido com recurso à aplicação de um inquérito por questionário, técnica de recolha que permite obter “de maneira sistemática e

ordenada informação sobre uma determinada população a investigar” (Oliveira & Ferreira, 2014, p.112), isto é, permite perceber o que fazem, pensam, opinam, sentem, aprovam ou desaprovam, bem como as motivações para os seus atos. O estudo segue uma abordagem com uma forte componente sociológica, fundamentalmente suportada na teoria institucional sob a vertente do NIS, como é tradicional na investigação em contabilidade, com o objetivo de identificar e interpretar dinâmicas de mudança nas práticas sociais do profissional de contabilidade a partir da relação existente entre instituições (envolvente) e comportamentos organizacionais (Major & Vieira, 2009). Ainda que a metodologia seja adequada para os propósitos da investigação (Richardson, 1999), convém realçar que estamos em presença de uma investigação com um caráter interpretativo elevado, uma vez que se vai procurar explicar a forma como os fenómenos sociais são interpretados, compreendidos, produzidos e constituídos (Major, 2009) com recurso a uma interpretação fundamentalmente sociológica, por se reconhecer que o meio envolvente afeta as práticas sociais (DiMaggio & Powell, 1991).

## 2.2. Análise e discussão dos resultados

Como já oportunamente referido, a recolha de informação foi efetuada com recurso a inquéritos por questionário, aplicados durante os meses de julho a setembro de 2018 aos profissionais contabilistas de uma empresa de consultoria empresarial, a Sociedade XX – Consultores, Lda, num total de 8 Profissionais Contabilistas inquiridos, a totalidade da população, com o objetivo de identificar a perceção que estes profissionais têm acerca dos principais desafios que hoje se colocam ao grupo profissional a que pertencem. Em termos de resultados obtidos, começamos por apresentar uma breve caracterização dos inquiridos com o objetivo de traçar o seu perfil sociológico (gráfico 1).

Gráfico 1: Perfil sociológico dos inquiridos



Fonte: Elaboração própria.

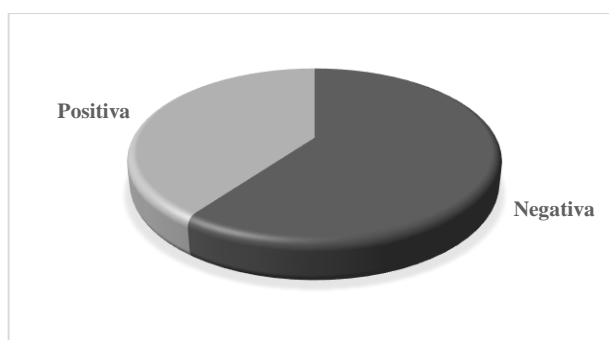
Os resultados mostram que a maioria é do género masculino (60%), o que está em linha com a teoria, que aponta que esta profissão é maioritariamente desenvolvida por indivíduos do género masculino (Maia, 2017), maduros, na medida em que a maioria (60%) se situa na faixa etária dos 30 aos 49 anos, ainda que, e paradoxalmente, pouco experientes, uma vez que a maioria (60%), tem uma experiência acumulada igual ou inferior a 5 anos.

Na continuação, e no âmbito do objetivo específico deste estudo, foram analisadas, na perspetiva dos Profissionais Contabilistas inquiridos, qual a sua perceção acerca:

- (i) Imagem que a sociedade tem dos Profissionais Contabilísticas; e
- (ii) Principais desafios a enfrentar pelos Profissionais Contabilistas e a sua importância relativa.

No que respeita à “(i) Imagem que a sociedade tem dos Profissionais Contabilísticas”, os resultados apontam para uma “conotação” que é maioritariamente negativa, como se pode concluir a partir do gráfico 2 que se segue.

Gráfico 2: Imagem que a sociedade tem dos Profissionais Contabilistas

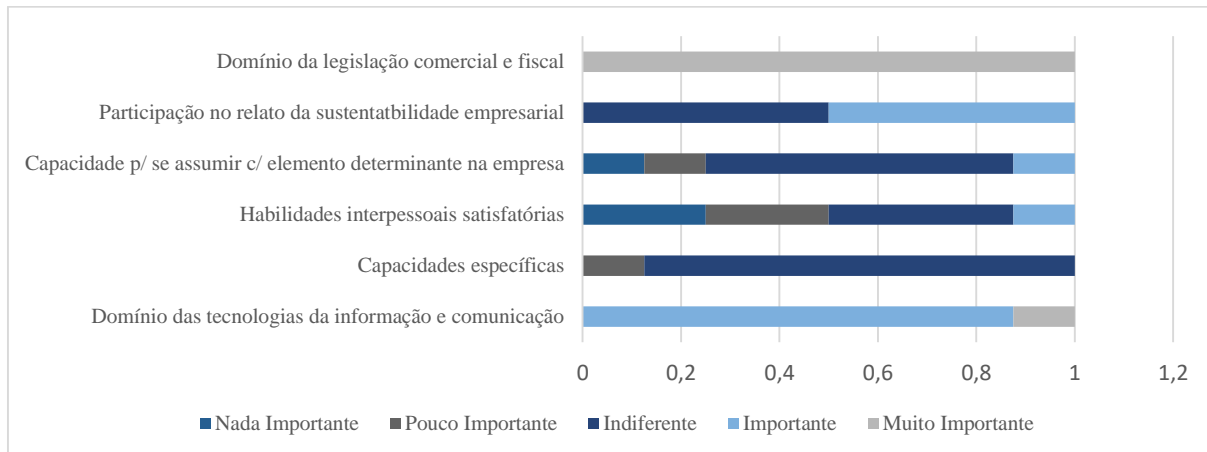


Fonte: Elaboração própria.

Os resultados apresentados (gráfico 2) estão alinhados com a teoria que, ainda que aponte para aspectos positivos e negativos, a estes profissionais é maioritariamente associada uma conotação negativa (Maia, 2017; Carnegie, & Napier, 2010; Hunt, et al., 2004). Considerando que a imagem que a sociedade tem da profissão influencia a procura (Holland, 1973) ou determina a sua escolha (Hunt, et al., 2004; Ferreira & Santoso, 2008), se a imagem é negativa a capacidade para atrair os melhores é reduzida. Se este estado não for alterado, dificilmente se terá uma profissão forte e com capacidade para entender e abraçar os desafios. Neste sentido, os resultados obtidos reforçam a ideia, já apresentada por Byrne e Will (2005), de que um dos primeiros desafios da contabilidade e dos seus profissionais passa pela necessidade de intervir na melhoria da imagem (estereotipo), requisito fundamental para se poder atrair os melhores.

Relativamente à perceção que têm acerca dos “(ii) Principais desafios a enfrentar pelos Profissionais Contabilistas e a sua importância relativa”, os resultados obtidos são os que se apresentam no gráfico 5 que se segue.

Gráfico 3: Principais desafios a enfrentar pelos Profissionais Contabilistas e a sua importância relativa



Fonte: Elaboração própria.

A análise (gráfico 3) permite concluir pela significativa importância que é dada às competências técnicas (domínio da legislação comercial e fiscal). Ainda que a teoria continue a apontar para a relevância que deve continuar a ser atribuída às competências específicas, estas já não são suficientes. O momento exige competências transversais, que passam pelo mais que natural domínio da tecnologia, na medida em que a robotização eliminará muitas das competências

técnicas do profissional de contabilidade (Belfo & Trigo, 2013), o que o obrigará a desenvolver competências que lhe permitam acompanhar o ritmo da mudança e a substituição de mão-de-obra por força da automatização de processos (Picus & Sorensen, 2017) e a assumir uma forma de atuar e de estar diferente, de maior comunicação e interação, ou seja, mais capacidade para comunicar, agir e pensar nos problemas e desafios dos negócios (Vicente, 2013; Wessels, 2004) e, ainda, de maior valor acrescentado (Asonitou, 2015).

Os resultados (gráfico 3) mostram também que os profissionais inquiridos reconhecem importância em dominar as tecnologias de informação e comunicação, desafio considerado importante e muito importante por 87,5% e 12,5% dos profissionais inquiridos, ainda que pelas respostas obtidas para os demais desafios colocados, designadamente quanto à necessidade de disporem de capacidades específicas, classificado como indiferente por 87,5% dos inquiridos, ou de disporem de habilidades interpessoais satisfatórias, considerado importante por apenas 12,5% dos inquiridos, parece não terem ainda reconhecido, ou pelo menos interiorizado completamente, que a tecnologia mudará de forma significativa as rotinas da profissão a que pertencem. Neste particular os resultados não estão em linha com a teoria que vem defendendo que o momento exige a estes profissionais capacidades interpessoais (Asonitou, 2015; Vicente, 2013) e outro tipo de competências que lhe permitam o desenvolvimento de outro tipo de tarefas (Picus, et al., 2017; Belfo & Trigo, 2013). Porém, confirmam a conotação que lhe vem sendo atribuída que, de entre outros, os classifica como profissionais nada criativos (Maslow, 1965), inflexíveis (DeCoster & Rhode, 1971), presos a regras, pouco versáteis e raramente propensos à liderança (Hunt, et al., 2004), pelo que reforçam a convicção de que importa mudar o carácter e a atitude destes profissionais.

Retomando a teoria institucional, que procura explicar em que medida o comportamento individual é modelado a partir de padrões incorporados sob a forma de normas e regras legitimadas pelo funcionamento das organizações (Fonseca & Silva, 2002; Rosseto & Rosseto, 1999), considerando que os sistemas contabilísticos se estabelecem no sentido de fornecerem informação útil para os *stakeholders* (Callén & Gadea, 2004) e que a informação que produzem é o resultado da influência das características da envolvente (Fonseca & Silva, 2002; Rosseto & Rosseto, 1999), padronizada a partir de hábitos, pensamentos e ações (Burns & Scapens, 2000), as regras institucionalizadas (Meyer, & Rowan, 1977), em resultado de pressões sociais e culturais que determinam o que é socialmente definido e aceite (Guerreiro, Pereira & Rezende,

2006; Tolbert & Zucker, 1999; Zucker, 1987; Scott, 1987; DiMaggio & Powell, 1983), só se alteram se houver uma mudança no perfil daqueles a quem se dirigem. Digamos que a predisposição da classe para mudar é fundamental. Como o sistema contabilístico português é altamente conservador, com tendência para a uniformidade e com uma estrutura de relato que tende para o “secretismo” (Rodrigues, Pires, & Pereira, 2014; Rodrigues & Pires, 2011) e o tecido empresarial é dominado por entidades pequenas e muito pequenas, a informação financeira é tendencialmente preparada para satisfazer as necessidades de credores financeiros, quando estes existam, e da Administração Fiscal, fundamentalmente esta (Santos, Pires, & Fernandes, 2018; Pires, Rodrigues, & Lopes, 2015; Rodrigues, Pires, & Pereira, 2014; Rosa, 2013; Rodrigues & Pires, 2011), justificando a existência de uma certa subordinação à norma fiscal (Pires, Rodrigues, & Mota, 2018; Amaral, 2001), pelo que a importância relativa que os inquiridos continuam a atribuir às competências técnicas, fundamentalmente no que respeita ao domínio da legislação contabilística e fiscal continua a ser enorme. Ainda que não se tenha assistido, ainda, a uma diminuição da importância relativa deste utilizador, o nível de competitividade tenderá a exigir maiores níveis de eficiência e eficácia às empresas e estas terão que necessariamente passar a exigir mais do sistema de informação contabilística. Entraremos numa espécie de ciclo virtuoso, que tenderá a exigir profissionais com uma postura tendencialmente diferente – mais versáteis, interventivos e comunicativos.

## **CONCLUSÃO**

Recordamos que este trabalho foi realizado com o objetivo de desenvolver uma reflexão sobre os principais desafios que hoje se colocam à contabilidade e aos seus profissionais e, adicionalmente, com recurso a um estudo de caso, aportar alguma evidência acerca da perceção que os profissionais contabilistas têm da imagem que a sociedade tem a seu respeito e dos principais desafios a enfrentar pela classe (“Profissionais Contabilistas”). O trabalho realizado permitiu concluir que:

1. A evolução da profissão de contabilidade está associada ao objetivo da satisfação das necessidades dos *stakeholders* e à evolução da própria sociedade, de que estes se fazem depender;

2. A imagem que a sociedade tem destes profissionais, ainda que conte com aspetos positivos, é maioritariamente negativa;
3. Um dos primeiros desafios da contabilidade e dos seus profissionais passa pela necessidade de intervir na melhoria da sua imagem (estereotipo), requisito fundamental para se poder atrair os melhores e passar a ter uma profissão forte e com capacidade para entender e abraçar os desafios que se lhe colocam;
4. A forma como o principal sistema de informação económica e empresarial irá evoluir dependerá, em muito, da forma como passarem a ser encarados os principais desafios que se colocam à contabilidade e, fundamentalmente, ao seu profissional;
5. O momento exige competências transversais, que passam pelo mais que natural domínio da tecnologia e pela necessidade de assumirem uma forma de atuar e de estar diferente, de maior comunicação e interação, de agirem e pensarem nos problemas e desafios dos negócios e, ainda, de maior valor acrescentado;
6. Não obstante isso e contrariamente ao apontado pela teoria, os profissionais inquiridos não parece terem ainda interiorizado esta realidade, pelo que não se mostram muito suscetíveis à necessidade de disporem de capacidades específicas ou habilidades interpessoais satisfatórias; e
7. Ainda que reconhecendo importância em dominar as tecnologias de informação e comunicação, continuam a atribuir uma importância muito significativa às competências técnicas (domínio da legislação comercial e fiscal).

Tratando-se de um tema muito atual e ainda pouco explorado, estes resultados representam, ainda que de forma modesta, um importante contributo para enriquecer a literatura. Apresentam, no entanto, importantes limitações que decorrem das circunstâncias em que o trabalho foi desenvolvido, da metodologia utilizada e, fundamentalmente, da reduzida dimensão da amostra, que não só pode ter influenciado os resultados como impediu a sua generalização e não permitiu, como era nosso propósito, uma discussão suficientemente integrada com a teoria institucional. Estas limitações transformam-se em oportunidades ao deixarem pistas para investigação futura pelo que, neste âmbito, propõe-se o desenvolvimento de um novo trabalho com o mesmo objetivo, mas com recurso a uma metodologia alternativa, eventualmente natureza quantitativa, com recurso à aplicação de um inquérito por questionário a uma amostra de profissionais contabilistas tão ampla quanto possível.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albu, N., Albu, C. N., Girbina, M. M., & Sandu, M. I. (2011). "A Framework for the Analysis of the Stereotypes in Accounting", *World Academy of Science, Engineering and Technology*, Vol. 53, pp. 772-776.
- Amaral, C. X. (2001). "Processo de harmonização contabilística internacional: tendências atuais", *Instituto Universitário da UCP, Polo de Viseu, Gestão e Desenvolvimento*, 10, pp. 33-58.
- Asonitou, S. (2015). "The Evolution of Accounting Education and the Development of Skills", *11th Interdisciplinary Workshop On Intangibles, Intellectual Capital And Extra-Financial Information*, Athens University of Economics and Business (AUEB), Atenas, Grécia.
- Belfo, F. & Trigo, A. (2013). "Accounting Information Systems: Tradition and Future Directions", *Projman 2013 - International Conference on Project Management*. 9, 536-546. Procedia Technology.
- Berger, P. & Luckman, T. (1967). *The social construction of reality*, New York: Doubleday.
- Byrne, M. & Willis, P. (2005). "Irish secondary students' perceptions of the work of an accountant and the accounting profession", *Accounting Education*, Vol. 14 (4), 367-381.
- Burns, J. & Baldvinsdottir, G. (2005). "An Institutional Perspective of Accountants' New Roles – The Interplay of Contradictions and Praxis", *European Accounting Review*, Vol. 14 (4), pp. 725-757.
- Burns, J. & Scapens, R. (2000). "Conceptualizing management accounting change: an institutional framework", *Management Accounting Research*, 11, pp. 3-25.

- Callén, Y. F. & Gadea, A. L. (2004). “Deficiencias y alternativas de la información contable actual”, *Partida Doble*, 152, pp. 62-73.
- Campbell, D. (2000). “Legitimacy Theory or Managerial Reality Construction? Corporate Social Disclosure in Marks and Spencer Plc Corporate Reports, 1969- 1997”, *Accounting Forum*, 24 (1), pp. 80-100.
- Carnegie, G., & Napier, C. (2010). “Traditional accounts and business Professionals: Portraying the accounting profession after Enron. Accounting”, *Organizations and Society*, (Vol. 3).
- Cravo, D. (1991). “Considerações em torno do paradigma da utilidade”. *IV Jornadas de Contabilidade*, ISCAA, 17 a 19 de outubro, Aveiro.
- DeCoster, D. T., & Rhode, J. G. (1971). “The accountant’s stereotype: Real or imagined, deserved or unwarranted”, *Accounting Review*, Vol. 46, pp. 651-664.
- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). “The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields”, *American Sociological Review*, V 48.
- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1991). “Introduction”, pp. 1-38, in *The New Institutionalism in Organization Analysis*, Walter W. Powell and Paul J. DiMaggio, eds. Chicago: University of Chicago Press.
- Ferreira, A., & Santoso, A. (2008). “Do students’ perceptions matter? A study of the effect of students’ perceptions on academic performance”, *Accounting and Finance*, Vol. 48, pp. 209-231.
- Ferreira, L. F. & Faria, A. R. (2008). “Estudo da História da Contabilidade: Evolução e Perspetivas em Portugal “, *Primeiro Encontro de História da Contabilidade*, Comissão de História da Contabilidade, OTOC, setembro, Lisboa.
- Figueiredo, C. F. (2016). *A relação entre a contabilidade e fiscalidade em Portugal: estudo de caso nas pequenas e médias empresas*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho.

- Fonseca, V. & Silva, C. L. M. D. (2002). “Conversação entre abordagens da estratégia em organizações: escolha estratégia, cognição e instituição”, *Organizações e Sociedade*, Vol. 9, n.º 25, pp. 93 -109.
- Guerreiro, R., Pereira, C., & Rezende, A. (2006). “Em busca do entendimento da formação dos hábitos e das rotinas da contabilidade gerencial”, *Revista de Administração Mackenzie*, 7 (2), pp. 78-101.
- Holland, J. L. (1973). *The psychology of vocational choice*, Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall.
- Hunt, S., Falgiani, A., & Intrieri, R. (2004). “The Nature and Origins of Students’ Perceptions of Accountants”, *Journal of Education for Business*, 3.
- IIRC (2011), “Towards Integrated Reporting - Communicating Value in the 21st Century”, International Integrated Reporting Council, in:[http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2011/09/IR-Discussion-Paper-2011\\_spreads.pdf](http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2011/09/IR-Discussion-Paper-2011_spreads.pdf).
- IIRC (2013), “The International <IR> Framework”, International Integrated Reporting Council, in: <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-2-1.pdf>.
- IIRC (2014), “Realizing the benefits: The impact of Integrated Reporting”, International Integrated Reporting Council, in: [http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2014/09/IIRC.Black\\_Sun\\_Research.IR\\_Impact.Single.pages.18.9.14.pdf](http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2014/09/IIRC.Black_Sun_Research.IR_Impact.Single.pages.18.9.14.pdf).
- Jeacle, I. (2008). *Beyond the boring grey: The construction of the colourful accountant. Critical Perspectives on Accounting*, (Vol. 19). Elsevier.
- KPMG (2005). *KPMG international survey of corporate responsibility reporting 2005*, Amsterdam: KPMG.

- Maia, A. R. (2017). *Os Desafios da Contabilidade e a sua Imagem: A Perceção dos Contabilistas Certificados*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, disponível em <http://hdl.handle.net/1822/49475>.
- Major, M. J. (2009). *Contabilidade e Controlo de Gestão. Teoria, Metodologia e Prática*. Lisboa: Escolar Editora.
- Major, M. & Vieira, R. (2009). *Contabilidade e Controlo de Gestão: Teoria, Metodologia e Prática*. Lisboa: Escolar Editora.
- Martins, J. C., Santos, A. S., & Pires, R. A. (2008). “O Profissional de contabilidade de gestão em Portugal”, *XII Congresso de Contabilidade e Auditoria*, “A Contabilidade na era global – respondendo à mudança”, Aveiro.
- Maslow, A. (1965). *Eupsychian management: a journal*, Homewood, Illinois: R.D. Irwin.
- Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). “Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony”, *American Journal of Sociology*, V 83, n.º 2.
- Michener, H., Delamater, J., & Myers, D. (2003). *Psicologia Social*, São Paulo: Pioneira Thomsom.
- Nobes, C., & Parker, R. H. (2008). *Comparative international accounting* (10th ed.). UK: Pearson Education.
- Oliveira, E. R. & Ferreira, P (2014). *Métodos de Investigação Da Interrogação à Descoberta Científica*, Vida Económica Editorial.
- Parker, L. (2000). “Goodbye, number cruncher!”, *Australian CPA*, Vol. 77 (2), pp. 50-52.
- Picus, K. V., Stout, D. E., Sorensen, J. E., Stocks, K. D., & Lawson, R. A. (2017). “Forces for change in higher education and implications for the accounting academy”, *Journal of Accounting Education*, 40, pp. 1-18.

- Pires, A. M., Rodrigues, F. J., & Lopes, M. A. (2015). “ Os Impostos Diferidos no Balanço: Estudo de caso”, *XXV Jornadas Hispano-Lusas de Gestão Científica*, 4 a 6 de fevereiro, Ourense, Espanha.
- Pires, A. M., & Rodrigues, F. J. (2018). “A natureza contingencial do processo de tomada de decisão e o papel da informação não financeira: algumas reflexões e eventuais tendências”, *XVIII Encontro AECA*, setembro, ISCTE, Lisboa.
- Pires, A. M. & Rodrigues, F. J. (2019). “Reflexão com base em influências históricas e alterações recentes ao nível da envolvente sobre os desafios que hoje se colocam à contabilidade e aos seus profissionais: fontes e evidência empírica”, *XXIX Jornadas Hispano Lusas de Gestion Científica*, 30 de janeiro a 2 de fevereiro, Osuna (Espanha).
- Pleon, K. K. (2005). *Accounting for good: The global stakeholder report 2005*, Bonn: Pleon Kothes Klewes.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo.
- Ribeiro, J. A. & Scapens, R. W. (2006). “Institutional theories in management accounting change: contributions, issues and paths for development”, *Qualitative Research in Accounting & Management*, V 3, n.º 3.
- Rodrigues, F. J., Pires, A. M., & Felix, M. (2015). “Sistema contabilístico angolano (PGCA) versus sistema contabilístico português (SNC): proposta de alterações tendo em vista a sua convergência, *XXV Jornadas Hispano-Lusas de Gestão Científica*, Ourense, Espanha.
- Rodrigues, F. J. P. A., Pires, A. M. M., & Pereira, Hélio F. R. M. (2014). “ A definição das políticas contabilísticas e a sua relação com as principais forças da envolvente: uma interpretação e alguma evidência sobre a influência que é exercida pela fiscalidade, *XXIV Jornadas Hispano-Lusas de Gestão Científica*, 6 a 8 de fevereiro, Leiria, Portugal.
- Rodrigues, F. J. A. & Pires, A. M. (2011); “As características do tecido empresarial determinam necessidades específicas e definem um utilizador padrão para a informação financeira: evidência empírica”, *XXI Jornadas Hispano-Lusas de Gestão Científica*, 2 a 4 de fevereiro, Córdoba, Espanha.

- Rosa, S. A. (2013). “A importância de Informação Financeira nas PME: mensuração do Ativo Fixo Tangível”, Tese de Doutoramento em Economia – Especialidade de Economia de Empresa. Universidade Autónoma de Lisboa.
- Rosseto, C. R. & Rosseto, A. M. (1999). “A combinação das perspectivas institucional e da dependência de recursos no estudo da adaptação estratégica organizacional”, *Teoria Evidenciação Económica*. Vol. 7, n. ° 12, pp. 111-136.
- Santos, J. F., Pires, A. M.; & Fernandes, P. O. (2018). “The importance to financial information in the decision-making process in company’s family structure”, *Contaduría y Administración*, 63 (2), Especial 2018, pp.1-23.
- Santos, P (2015). “Uma abordagem sociológica à evolução da profissão contabilística em Portugal”, VIII *Encontro de História da Contabilidade*, Comissão de História da Contabilidade, OTOC, dezembro, Lisboa.
- Scott, W. R. (1987). “The adolescence of institutional theory”, *Administrative Science Quarterly*, V. 32 (4).
- Tolbert, P. S. & Zucker, L. G. (1999). A institucionalização da teoria institucional. In CLEGG, S. (Eds), *Handbook de estudos organizacionais*, São Paulo: Atlas.
- Tua, J. (1998). “El derecho contable: Una realidad de nuestros días”, VII *Jornadas de Contabilidade e Auditoria*, Coimbra.
- Tua, J. (1988). “Evolución del concepto de Contabilidad a través de sus definiciones.”, XXV *Años de Contabilidad Universitaria en España*, homenaje al doctor Mario Pifarré-Riera. Madrid: Ministerio de Hacienda, Instituto de Planificación Contable.
- Vicente, C. C. S. (2013). “A profissão de contabilista em Portugal. Evidência empírica em alunos e profissionais”, Tese de doutoramento, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), setembro.
- Wessels, P. L. (2004). Information technology and the education of professional accountants, *Meditari Accountancy Research*, Vol. 12(1), pp. 220-235.

Zucker, L. G. (1987). Institutional theories of organization, *Annual Review of Sociology*, V. 13.